

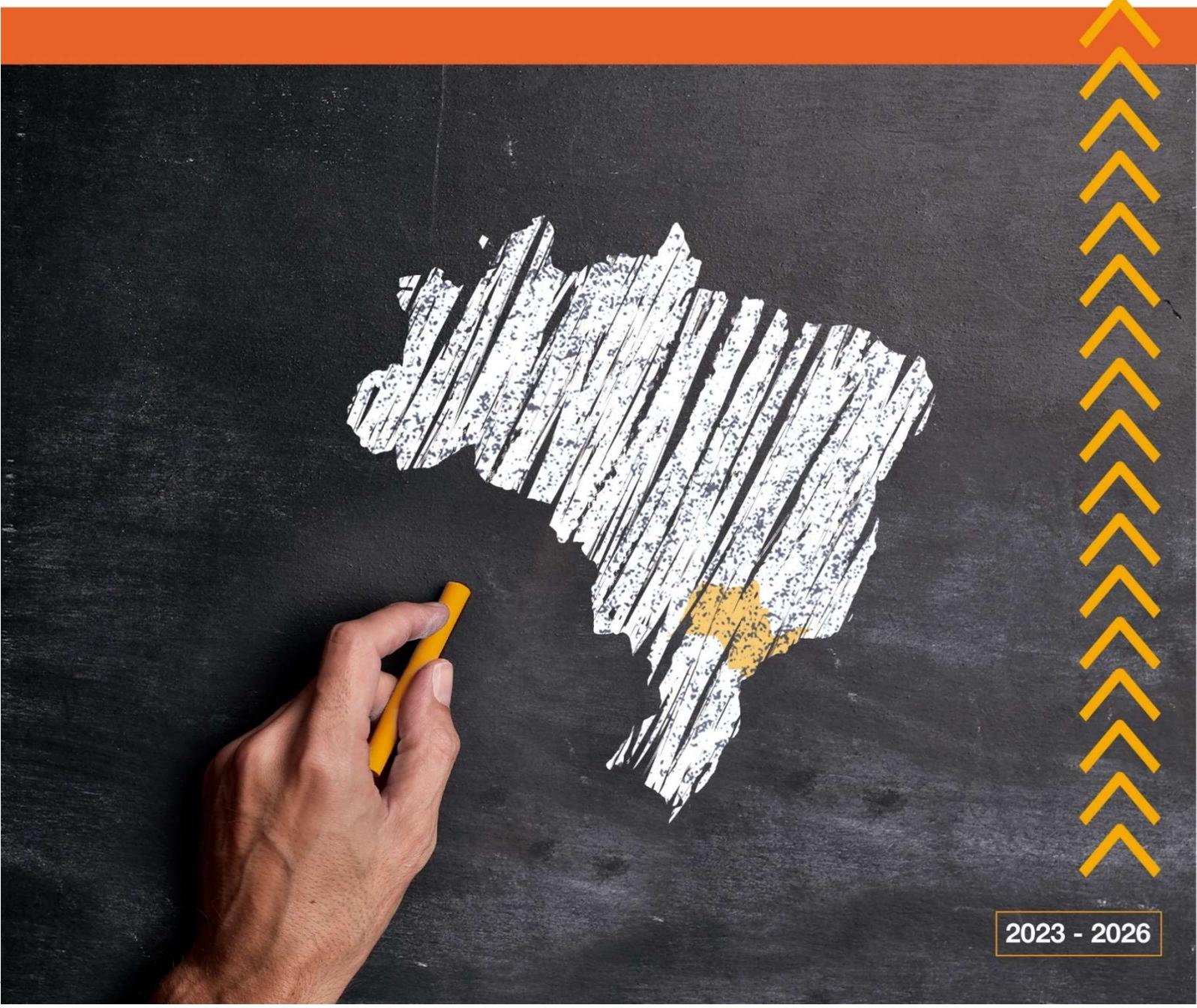


TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

< EDUCAÇÃO **JÁ** >

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais de

SÃO PAULO



2023 - 2026

INTRODUÇÃO

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais do São Paulo, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE TARCÍSIO DE FREITAS

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha do governador eleito, observando o programa de governo, discurso e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE SÃO PAULO

Traz contribuições para a agenda educacional de São Paulo, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹ O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>

Além disso, o Todos Pela Educação foi apoiador técnico na elaboração do documento “Recomendações para a Transformação da Educação Paulista”, organizado pela Frente pela Educação Paulista. O material apresenta um diagnóstico e recomendações mais detalhadas para a Educação de São Paulo, buscando servir de referência para a próxima gestão.

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE TARCÍSIO DE FREITAS

A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura do governador eleito e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de Tarcísio de Freitas, seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** A implementação de uma política para recuperação das aprendizagens na Educação Básica e de estratégias de combate à evasão escolar, como busca ativa e transferência de renda aos estudantes mais vulneráveis;
- B.** A ampliação do apoio à saúde mental dos estudantes e educadores da rede, de forma intersetorial e focada nos grupos mais vulneráveis;
- C.** A coordenação da política educacional estadual, em colaboração com os municípios, por meio da implementação do ICMS-Educação e da municipalização do Ensino Fundamental;
- D.** A valorização dos profissionais da Educação;
- E.** O fortalecimento do regime de colaboração com os municípios para a ampliação do atendimento escolar de crianças de 0 a 3 anos em creches e garantia da alfabetização na idade certa;
- F.** A expansão da Educação Integral no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), dialogando com a implementação do Novo Ensino Médio;
- G.** A ampliação da acessibilidade nas escolas e inclusão de estudantes com deficiência, garantindo o adequado preparo da infraestrutura e capacitação profissional.

1.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para São Paulo:

- A.** A implementação da Política Estadual pela Primeira Infância de São Paulo, instituída pela Lei nº 17.347, de 12 de março de 2021;
- B.** O fortalecimento das principais políticas pedagógicas da rede paulista, que são essenciais para apoiar o trabalho nas escolas, como a oferta de materiais didáticos, o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e as Avaliações de Aprendizagem em Processo (AAP).
- C.** A adoção de uma abordagem sistêmica e propositiva para garantir a valorização, apoio e desenvolvimento profissional dos educadores da rede;
- D.** Ações para contribuir para uma Educação antirracista.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE SÃO PAULO

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens, ações de acolhimento e saúde mental e melhoria da alimentação escolar

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. Em 2021, São Paulo instituiu o **Programa Bolsa do Povo – Ação Estudantes** e o **Programa Bolsa do Povo – Ação Responsáveis**, sendo o primeiro caracterizado pelo pagamento de bolsas aos estudantes mais vulneráveis do 9º ano do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio, com o objetivo de prevenir a evasão escolar, e o segundo aos responsáveis legais, com a finalidade de implementar ações de busca ativa escolar. **É fundamental fortalecer estratégias que caminhem nessa direção, mas avaliando os ajustes necessários para que os programas se tornem mais efetivos** (como, por exemplo, maior focalização que permita ampliação dos recursos para os estudantes em situação de maior vulnerabilidade).
2. É preciso realizar, junto à rede, **um diagnóstico sobre o desenho e o atual estágio de implementação dos diversos programas que já existem visando a recuperação das aprendizagens**, para que tais iniciativas **sejam aprimoradas, fortalecidas e ampliadas**. São Paulo conta, atualmente, com muitos programas com esse objetivo, entre os quais se destacam o Programa de Recuperação e Aprofundamento, que abarca a definição de um currículo prioritário, a formação de professores e a realização de avaliações diagnósticas e formativas; e o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens, que consiste na ampliação da carga horária das aulas regulares para aulas de reforço, além de permitir a contratação de professores adicionais para esta finalidade. Ademais, sobretudo com a pandemia da Covid-19, foram implementados o Programa Além da Escola, que consiste na disponibilização de conteúdos pedagógicos e formativos por meio de encontros remotos e plataforma digital, e o Programa Aprender Juntos, criado com base no “Teaching at the Right Level” (TaRL), que visa à promoção de reforço escolar através da reenturmação dos estudantes por níveis de aprendizagem. **Como se percebe, é um conjunto grande de ações, que precisam ganhar mais coerência em uma possível nova estruturação**, até para serem melhor compreendidos pela rede.

3. É essencial garantir investimento em **ações de acolhimento e saúde mental para os estudantes e os profissionais da Educação**. Neste sentido, estratégias como o Programa Psicólogos na Educação, que consiste na oferta de atendimento psicológico nas escolas, tanto presencial quanto à distância, devem ser fortalecidas nos próximos anos, podendo assegurar atendimento individualizado para os casos mais graves, envolvendo estudantes e profissionais da Educação.
4. Em 2020, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) lançou o **Programa Merenda em Casa**, cujo objetivo era garantir a alimentação dos estudantes mais vulneráveis (cadastrados no CadÚnico e beneficiários do Programa Bolsa Família) durante o período de suspensão das aulas presenciais no estado. Apesar do retorno presencial, ressalta-se a importância de garantir a **segurança alimentar dos estudantes**, sobretudo em contextos adversos, a partir da ampliação e qualificação dos investimentos na alimentação escolar.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. As redes municipais de São Paulo são responsáveis pela totalidade das matrículas da Educação Infantil, pela maioria das matrículas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental (74%) e por uma parcela significativa de matrículas de Anos Finais do Ensino Fundamental (29%). Neste contexto, **é fundamental que o estado fortaleça políticas em regime de colaboração com os municípios**, apoiando-os em diversos elementos, como currículos, materiais pedagógicos e sistemas de avaliação. Também é importante **avançar no processo de municipalização dos Anos Iniciais**.
2. Algumas estratégias em regime de colaboração já vêm sendo adotadas pelo governo estadual de São Paulo. Em 2021, foi instituído o **Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo (Painsp)**, cujo objetivo é promover a colaboração entre estado e municípios, por meio de assistência técnica e financeira às secretarias municipais de Educação, com foco em 7 eixos: materiais didáticos e pedagógicos, tecnologias educacionais e educação inclusiva; transporte escolar; alimentação escolar; formação e valorização de profissionais da Educação; infraestrutura física; equipamentos; gestão pedagógica, avaliação educacional e estratégia de aprendizagem para alunos com altas habilidades, superdotados e com necessidades especiais. **Tal programa deve passar por um diagnóstico da nova gestão, em diálogo com os municípios, buscando seu fortalecimento e expansão.**

2) **Gestão dos sistemas educacionais** - Modernização da gestão da secretaria de Educação

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Compor uma **equipe gestora altamente competente** e investir na qualificação dos servidores da Seduc-SP, incluindo a ampliação da atratividade aos executivos do órgão central e dos órgãos regionais.
2. **Promover uma gestão estratégica da Seduc-SP**, garantindo um planejamento adequado, metas claras e um monitoramento contínuo ao longo do mandato. Nesta direção, é importante que a nova gestão conheça o Plano Estadual de Educação e o Plano Estratégico 2019-2022, feito pela gestão anterior. Além disso, o **Método de Melhoria de Resultados (MMR)**, já em implementação na rede, é estratégia importante para apoiar a gestão das escolas a realizar diagnósticos, planejar ações, as monitorar e conduzir eventuais replanejamentos, em consonância com a Diretoria de Ensino e o órgão central da Seduc-SP.
3. **Aprimorar a capacidade administrativa da Seduc-SP**, criando processos e sistema mais ágeis e eficientes.
4. **Fortalecer as 91 Diretorias Regionais de Ensino (DEs)**, visando promover uma “descentralização coordenada” da gestão da rede paulista. As DEs precisam ser vistas e tratadas como órgãos fundamentais e estratégicos para a Seduc-SP, essenciais para a implementação das políticas educacionais e para o apoio próximo e contínuo às escolas e redes municipais. Para isso, é preciso **promover um redimensionamento** do escopo, processos, estrutura e modelo de governança das Diretorias. Um primeiro passo foi dado em 2019, no **Programa Líderes Públicos**, que incluiu critérios técnicos e impessoais na seleção de profissionais para ocupar a função de Dirigente Regional de Ensino.
5. Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede, assegurando uma **gestão democrática** baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito entre os atores do sistema educacional. É preciso aproximar a Seduc-SP das escolas, superar resistências e criar vínculos, fugindo de uma gestão centralizadora.

3) **Financiamento** - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

1. São Paulo instituiu, em novembro de 2022, a Lei n° 17.575, que modificou os critérios de distribuição da cota-parte do ICMS aos municípios, definindo que 13% dos recursos serão repassados de acordo com resultados educacionais. A aferição do desempenho educacional dos municípios será feita a partir do Índice de Qualidade da Educação Municipal – IQEM e levará em consideração o desempenho dos estudantes de 1° a 5° ano do Ensino Fundamental. **Nesse sentido, é fundamental garantir a implementação adequada da Lei**, já que as mudanças passam a valer apenas a partir de 2025, sendo que entre 2025 e 2028 está prevista uma regra de transição (10% em 2025, 11% em 2026, 12% em 2027 e 13% a partir de 2028).

2. É importante **manter e constantemente reforçar mecanismos de repasse de recursos financeiros diretamente às escolas, apoiando a gestão escolar**. Nesse sentido, também é fundamental garantir que as escolas que atendem estudantes com menores níveis socioeconômicos recebam mais recursos, reduzindo as desigualdades dentro da rede de ensino. O estado de São Paulo já possui o Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista (PDDE), com o fim de repassar recursos às escolas da rede estadual para manutenção predial, compra de materiais pedagógicos e equipamentos de tecnologia. Trata-se de um programa importante para **garantir maior autonomia aos gestores escolares e mecanismos de redução de desigualdades** dentro da rede estadual.

4) **Professores** - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

1. Realizar um amplo diagnóstico e planejamento do quadro de professores. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (o último concurso de São Paulo foi em 2013) ou por processo seletivo simplificado. Também, ressalta-se a importância de **qualificar os processos de seleção, instituindo avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica**.

2. **É fundamental garantir a implementação e o monitoramento do atual plano de carreira** (Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022) para os professores da Seduc-SP, que contém avanços importantes. Entre eles, estão o salário mais competitivo (cerca de R\$ 5.000,00 iniciais para os profissionais que aderirem ao novo plano), a exigência de formação e avaliação durante os 3 primeiros anos de efetivo exercício (estágio probatório), a relação da evolução na carreira com o desenvolvimento profissional e a criação do Adicional de Complexidade e Gestão (ACG), atribuído ao profissional a depender da complexidade da Diretoria de Ensino ou da unidade escolar de atuação. É preciso ampliar o diálogo com os educadores da rede, para que a nova carreira possa ser mais conhecida, ter mais aderência e legitimidade.

3. É importante que a Seduc-SP trabalhe um plano visando **garantir uma rotina e condições de trabalho adequadas aos professores**, priorizando que os docentes tenham jornada completa (30 a 40 horas semanais) em apenas uma escola e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades, como formação.

4. Em São Paulo, a coordenação da formação continuada dos professores é realizada pelo Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Efape), que possui como objetivo planejar e executar as formações ofertadas aos profissionais da Educação da rede estadual de ensino. É importante **ampliar as políticas de formação continuada**, garantindo que sejam alinhadas entre si e com as políticas pedagógicas da rede e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola.

5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a Seduc-SP poderia estruturar um programa de **estágio remunerado para os licenciandos** atuarem nas escolas de Educação Básica do estado de forma qualificada.

5) **Gestão escolar - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar**

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. Em São Paulo, 38,8% dos diretores escolares da rede estadual foram selecionados por meio de concurso público, 35,6% ingressaram por meio de indicação ou escolha da gestão, e 22,4% via processo seletivo e escolha da gestão. Tendo em vista que a forma de ingresso atual para o cargo de diretor escolar se dá mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, conforme a Lei Complementar nº 1.374, de 2022, ressalta-se a importância de **aprimorar os instrumentos de avaliação de competências**.

2. A Eface é também a responsável pela oferta de cursos de formação para diretores escolares. Sendo assim, nos próximos anos, é fundamental aperfeiçoar o órgão, de modo a **garantir formações que considerem as diferentes fases de desenvolvimento profissional em que os diretores se encontram**. Por meio da Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022, que instituiu um Plano de Carreira e Remuneração para os diretores escolares, a Seduc-SP avançou na agenda ao considerar evoluções na carreira dos diretores com base no desempenho e no desenvolvimento com foco na área pedagógica. É preciso cuidar do imenso desafio de implementação dessas medidas, garantindo que sejam **aperfeiçoadas e expandidas constantemente**.

3. As **equipes de gestão escolar necessitam receber contínuo suporte da Seduc-SP**. Isso passa por alguns temas já tratados, como o fortalecimento das Diretorias de Ensino e os repasses de recursos financeiros direto para escolas. Ainda, é importante que seja constantemente **reavaliado o quadro de profissionais da gestão de cada escola**, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. O aprimoramento de **plataformas de sistemas de gestão**, como a Secretaria Escolar Digital (SED), também é fundamental para apoiar as equipes gestoras.

6) Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. Oferecer as devidas **condições para que os currículos da rede sejam implementados em sala de aula**, oferecendo materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada específica para o trabalho com os currículos. O trabalho em curso da Secretaria de São Paulo é importante e não pode ser descontinuado. É fundamental que se faça um diagnóstico junto às DE's e escolas, buscando identificar os principais pontos de aperfeiçoamento.

2. O estado possui o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), criado em 1996, e que avaliou, em 2021, de forma censitária, os estudantes do 5º e do 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, enquanto os estudantes do 2º e do 3º anos foram avaliados em caráter amostral. Ademais, o estado de São Paulo também possui, desde 2011, a Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP), aplicada bimestralmente aos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio. É importante **garantir que tais avaliações sejam alinhadas aos currículos e que forneçam devolutivas pedagógicas rápidas e de fácil compreensão às escolas**, para que os professores possam fazer as intervenções pedagógicas com mais qualidade.

7) Primeira infância - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a primeira infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. Algumas ações importantes são:

1. Em 2021, foi instituída por Lei a **Política Estadual pela Primeira Infância**, que prevê a colaboração entre o estado de São Paulo e os municípios para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para a primeira infância, a partir de uma abordagem intersetorial. É fundamental **garantir a implementação da referida política** para que as crianças do estado tenham acesso a políticas que visem o seu desenvolvimento integral.
2. Além da Política Estadual pela Primeira Infância, em 2021, também foi reformulado o **Programa Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil**, instituído em 2011. A iniciativa é desenvolvida em regime de colaboração com os municípios e tem como objetivo a ampliação do atendimento educacional de crianças na Educação Infantil. A Seduc-SP atua em duas frentes: construção, ampliação, reforma ou adequação de prédios públicos destinados à Educação Infantil e aquisição de equipamentos e materiais para as escolas. Trata-se de um programa fundamental para a expansão do atendimento entre crianças de 0 a 5 anos, cuja **implementação deve ser monitorada e avaliada periodicamente a fim de garantir sua efetividade**. Além da expansão, é importante apoiar os municípios **na melhoria da qualidade da Educação nesta etapa**.

8) Alfabetização - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. O estado de São Paulo não possui uma política estruturada, em regime de colaboração com os municípios, para a promoção da alfabetização na idade certa. Porém, há um conjunto de ações que caminham nessa direção: disponibilização dos cadernos “Currículo em Ação”, que possuem materiais específicos para a alfabetização de estudantes do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, aplicação de avaliação de fluência leitora a estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental e oferta de formação de professores por meio da Efape, com foco em processos de alfabetização. É fundamental **integrar tais estratégias e criar um programa voltado à alfabetização na idade certa em regime de colaboração com os municípios, ampliando as ações já realizadas e garantindo a qualidade de**

sua implementação, em constante diálogo com os municípios.

9) **Anos Finais - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental**

A rede estadual de São Paulo é responsável por 71% das matrículas de Anos Finais da rede pública do estado. Isso torna necessário garantir coerência entre as redes para a oferta, com cooperação e pactuação com os municípios. É relevante considerar:

1. Implementar **ações e medidas que tornem a escola mais engajadora nos Anos Finais do Ensino Fundamental**, tais como: ofertar disciplinas eletivas e de projeto de vida, implementar programas de tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente. Mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis, como é o que busca fazer o atual programa Inova Educação.
2. **Para a implementação de uma nova concepção de escolas dos Anos Finais, é importante priorizar a expansão das escolas em tempo integral.** Atualmente, 16,7% das matrículas dos Anos Finais na rede pública de São Paulo são em tempo integral. Entende-se que a universalização do acesso às escolas em tempo integral nos Anos Finais como medida transformadora para a Educação de São Paulo.

10) **Ensino Médio - Reformulação na oferta do Ensino Médio**

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. São Paulo iniciou a implementação das mudanças previstas para o Novo Ensino Médio em 2021 nas turmas da 1ª série. Nesse sentido, é importante **acompanhar e monitorar como está sendo a implementação desse novo currículo** (tanto da formação geral básica como dos itinerários formativos). Apoiar as escolas e garantir que as políticas pedagógicas (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular também é fundamental. Em especial, ressalta-se a importância de se considerar **revisitar a parte flexível do currículo frente às recentes definições do Enem**. Por fim, é central manter um **diálogo constante com a comunidade escolar** para entender como ela tem avaliado a implementação e quais pontos podem ser ajustados.

2. É fundamental **garantir forte expansão e qualificação da Educação Profissional e Tecnológica, à luz do Novo Ensino Médio**. Em São Paulo, há 27% de matrículas de Educação Profissional e Tecnológica, acima da média nacional, de 23,8%. Fortalecer e ampliar o programa de ensino técnico integrado com o Ensino Médio (NovoTec Integrado) é um caminho de extrema importância, assim como ampliar a rede de escolas técnicas já existentes, sob gestão do Centro Paula Souza.

3. É importante continuar **priorizando e acelerar a expansão das escolas de Ensino Médio Integral**, cuidando de sua implementação. Em São Paulo, em 2021, havia 18,8% de matrículas integrais no Ensino Médio, acima da média nacional, de 15,5%. A ampliação foi um movimento que ocorreu especialmente nos últimos dois anos. Essa medida é transformacional para garantir uma melhoria na qualidade das escolas e já abarca grande parte das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. Entre 2020 e 2021, a **Seduc-SP implementou um conjunto de programas voltados à inclusão digital**, bem como fortaleceu outras estratégias de tecnologia que já estavam em andamento no estado. No âmbito da infraestrutura, iniciou-se um processo de aumento da velocidade da internet em todas as escolas da rede estadual para 100MB, a fim de garantir melhor qualidade na navegação para uso administrativo e pedagógico nas escolas, e foram disponibilizados chips com dados móveis a estudantes em situação de maior vulnerabilidade, permitindo que tivessem acesso aos conteúdos disponibilizados pela Seduc-SP via aplicativos digitais, como o Centro de Mídias SP. Destaca-se ainda a oferta de equipamentos de tecnologia às escolas e profissionais da Educação, por meio dos programas Professor Conectado e Conecta Educação, e o investimento nas plataformas de gestão. Neste contexto, é fundamental **avaliar a efetividade e monitorar a implementação de tais programas**, bem como **elaborar uma estratégia estadual de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação**, de modo que todas as ações dialoguem entre si.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adoção de **medidas de busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, é necessário garantir **condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores.
2. Oferta de **formação continuada** ampla, voltada tanto para os docentes de atendimento educacional especializado como para demais professores e profissionais da Educação.
3. Possibilitar que programas de **repasse descentralizado de recursos** prevejam aplicação dos recursos voltadas para o investimento em inclusão, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis, etc.

3) Educação Antirracista

*As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma **abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer)**. Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um **plano estadual para a Educação antirracista**, inserem-se, entre outras questões:*

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança da gestão**.
2. Desenvolver **políticas pedagógicas** que tratem o tema de forma qualificada.
3. Investir na **formação dos profissionais da Educação** do estado para trabalharem com a temática de forma intencional.

Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br